

Gutman Uchôa de Mendonça

Escreve às terças-feiras neste espaço

Site: www.uchoademendonca.jor.br

/// No Estado, situação do camelô não é diferente da observada nas demais cidades. Presença em calçadas e ruas agride lojas com produtos mais baratos

Camelôs na cidade

Em tempos de crise econômica, eles surgem como uma espécie de praga, aos montes, sob a ótica vesga de não ter o que fazer para se estabelecer e o fazem de qualquer maneira, atabalhoadamente, como uma espécie de pressão social. São tidos por certos grupos, notadamente políticos, como “tadinhos” e, com o advento da campanha eleitoral, quando todos os políticos querem passar por “bonzinhos”, surgem ideias de construir os chamados “camelódromos”, ou melhor, um lugar para agrupá-los. Só promessa.

Em diversas cidades brasileiras, esses camelódromos funcionam e servem, como os estabelecidos em vias públicas, para vender suas mercadorias, de qualidade duvidosa e sem garantia.

Os camelôs funcionam em qualquer cidade do mundo vendendo mercadorias de qualidade inferior e procedência duvidosa, às vezes ilegal, sem pagar impostos, tor-

nando-se uma “agressão” ao comerciante ordeiramente estabelecido, que gera empregos, paga impostos e assume responsabilidades sobre a mercadoria que vende.

No Espírito Santo, a situação do camelô não é diferente da observada nas demais cidades. Sua presença nas calçadas das cidades, nas ruas de maior movimento, agride estabelecimentos, vendendo produtos similares mais baratos.

Periodicamente, assistimos políticos em plena campanha, pressionados pelo comércio regular, prometendo criar um lugar para confinar os camelôs, uma prática errada, porque o certo seria estimulá-los a se estabelecerem ordeiramente, como qualquer micro ou pequeno empresário, cumprindo com suas obrigações fiscais, impedindo que seus aglomerados se transformem em instrumento de deterioração social.

Quem passa pela Avenida Jerônimo Monteiro, uma das principais do Espírito Santo, em Vitória, consegue ver diversas bancas de camelôs que ali estão instaladas há mais de 40 anos. Nem com ação judicial a prefeitura consegue removê-las.

Que o comércio regular, através de suas entidades de classe, volte com campanhas contra os camelôs que passam a infestar as cidades, ao tempo da má política. Ninguém merece.

